



Bembnowski: prejuízo no aluguel



Capuano: pressão das construtoras

GOVERNO

Sinal fechado

Empresas de consórcio têm controle maior

Na semana passada o governo federal pôs a caneta novamente para funcionar. A penada mais forte atingiu os consórcios de automóveis, que ficaram proibidos de formar novos grupos nos próximos sessenta dias. Nesse prazo, o governo quer que se regularize a situação de cerca de 32 000 consorciados que foram contemplados há mais de um mês e até agora continuam a pé. Na mesma portaria, o Ministério da Economia suspendeu por tempo indeterminado as autorizações para a abertura de novos consórcios de imóveis residenciais, uma experiência que começou a funcionar em fevereiro passado. As empresas que já estavam operando nessa área — cerca de cinquenta — vão poder continuar a trabalhar no ramo, mas a palavra final sobre a manutenção dos consórcios de imóveis vai depender de uma avaliação do governo. Pela palavra do governo, teme-se que os consorciados paguem suas cotas e não encontrem imóveis para comprar. “Foi uma medida preventiva”, dizia na semana passada o diretor da Receita Federal, Romeu Tuma.

Nessa nova temporada da caneta, o governo atirou em alguns alvos certos e em outros errados. Todo mundo sabe dos atrasos na entrega de automóveis aos consorciados. O que ninguém sabe ao certo é a quem pertence a culpa — se aos donos de consórcios, que administram mal o seu negócio, ou se às montadoras, que planejam mal sua produção. O problema da interferência de Tuma é que as diferenças entre consórcios e montadoras não pertencem à esfera federal — elas podem ser resolvidas dentro das velhas leis do merca-

VEJA
"GOVERNO"
SÃO PAULO
22.08.90

do. Se a questão é o consorciado que pagou em dia e não recebeu o carro, existe a Justiça comum. É verdade também, como afirma o diretor da Receita, que num negócio sério como a compra da casa própria é preciso tomar providências para que o consumidor não caia num conto-dovigário. O problema está no método. A intervenção nos consórcios combina mal com a norma da liberdade de mercado que o governo defende como o melhor remédio para regular a economia. Na semana passada, havia quem enxergasse por trás da suspensão dos consórcios de imóveis um jogo de pressão das grandes construtoras. “Esse filme é velho e se repete toda vez que o monopólio das construtoras sobre os canais de financiamento da casa própria é ameaçado”, dizia Roberto Capuano, presidente licenciado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo, Creci.

NA GAVETA — A questão dos aluguéis também entrou na mira da caneta do governo na semana passada. A equipe econômica tem pronta, na gaveta, uma medida provisória para reformar a Lei do Inquilinato. Nesse caso, a ação vai em sentido contrário ao que foi adotado para os consórcios: a ministra quer liberar os preços para que inquilinos e proprietários se entendam sem a interferência oficial. A decisão pode parecer antipática às pessoas que hoje vivem em imóveis alugados e que terão de renegociar com seus locadores a conta do aluguel. O fim dos reajustes controlados pelo governo pode contribuir, no entanto, para desenroscar um outro nó da questão. Desestimulados pelo excesso de proteção aos inquilinos, muitos proprietários, como o empresário Jorge Bembnowski, de Curitiba, preferem hoje manter seus imóveis fechados a colocá-los no mercado do aluguel, o que aumenta o déficit de moradias e acaba esquentando os preços. “Não tenho nenhum interesse em alugar porque sei que só vou ter prejuízo e dores de cabeça”, diz Bembnowski. ■